



Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

Monte Pascoal Holding S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente





Monte Pascoal Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Monte Pascoal Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Pascoal Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidada	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.564	3.327	15.071	26.627
Contas a receber de clientes	5	-	-	9.288	8.277
Tributos a recuperar		285	95	999	104
Adiantamentos diversos		42	-	1.418	1.317
Total do Ativo Circulante		2.891	3.422	26.776	36.325
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	14.386	13.814
Depósitos judiciais e cauções		-	-	838	808
Direito de uso	7	-	-	7.490	10.291
Investimentos	8	284.054	273.932	-	-
Imobilizado	9	-	-	288.837	286.880
Intangíveis		-	-	80	104
Ativo fiscal diferido		-	-	274	453
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-	-	231	382
Total do Ativo Não Circulante		284.054	273.932	312.136	312.732
Total do Ativo		286.945	277.354	338.912	349.057
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10	-	3	1.542	3.812
Impostos corrente a pagar		1	4	102	513
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	242	6
Contas a pagar	11	-	-	7.494	2.716
Empréstimos	12	-	-	14.367	11.931
Ações preferenciais resgatáveis (APRs)	12	10.221	-	10.221	-
Contrato de mútuo - parte relacionada		-	82	-	82
Obrigações por arrendamentos	7	-	-	393	511
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		-	-	111	492
Outros passivos circulantes		-	-	63	-
Total Passivo Circulante		10.222	89	34.535	20.063
Não Circulante					
Fornecedores	10	-	-	2.566	-
Contas a pagar	11	-	-	-	10.206
Empréstimos	12	-	-	16.690	29.829
Ações preferenciais resgatáveis (APRs)	12	143.260	152.000	143.260	152.000
Obrigações por arrendamentos	7	-	-	8.398	11.694
Total Passivo Não Circulante		143.260	152.000	170.914	203.729
Patrimônio Líquido					
Capital social	16	124.468	124.468	124.468	124.468
Reserva legal	16	2.663	140	2.663	140
Reserva de lucros	16	6.332	657	6.332	657
Total Patrimônio Líquido		133.463	125.265	133.463	125.265
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		286.945	277.354	338.912	349.057

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Demonstração do resultado do exercício	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	-	-	70.433	42.652
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	-	-	(16.519)	(7.113)
Resultado operacional bruto		-	-	53.914	35.539
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais	19	(375)	(805)	(1.100)	(4.271)
Amortização do ágio	8	167	(5.479)	167	(5.479)
Participação de equivalência patrimonial	8	49.916	26.450	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		49.708	20.166	52.981	25.789
Despesas financeiras	20	(21.331)	(17.837)	(25.073)	(24.486)
Receitas financeiras	20	820	468	4.905	4.025
Resultado financeiro líquido		(20.511)	(17.369)	(20.168)	(20.461)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		29.197	2.797	32.813	5.328
Contribuição social	14	-	-	(1.104)	(689)
Imposto de renda	14	-	-	(2.361)	(1.556)
Contribuição social diferida	14	-	-	(53)	(100)
Imposto de renda diferido	14	-	-	(98)	(186)
Lucro líquido do exercício		29.197	2.797	29.197	2.797

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	29.197	2.797	34.344	2.797
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucros líquido do exercício	29.197	2.797	34.344	2.797

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2022	-	-	-	-	-
Subscrição de capital	124.468	-	-	-	124.468
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.797	2.797
Constituição de reservas	-	1.992	140	(2.132)	-
Dividendos pagos	-	(1.335)	-	-	(1.335)
Dividendos propostos	-	-	-	(665)	(665)
Saldo em 31 dezembro 2022	124.468	657	140	-	125.265
Reversão para pagamento de dividendos	-	(657)	-	-	(657)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.197	29.197
Constituição de reservas	-	6.332	2.523	(8.855)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(20.342)	(20.342)
Saldo em 31 dezembro 2023	124.468	6.332	2.663	-	133.463

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		29.197	2.797	32.813	5.328
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>					
Depreciação – imobilizado	9	-	-	5.496	4.249
Depreciação – arrendamento	7	-	-	657	-
Amortização – intangível		-	-	24	-
Juros sobre empréstimos concedidos - partes relacionadas		-	-	-	(22)
Juros sobre empréstimos tomados	12	-	13.300	2.766	15.333
Juros sobre APR	12	21.262	-	21.262	-
Juros – arrendamento	7	-	-	127	-
Juros – outros		-	-	-	995
Tributos diferidos		-	-	179	660
Amortização da mais valia/ágio	9	(167)	5.479	(167)	5.479
Equivalência Patrimonial	8	(49.916)	(26.450)	-	-
Rendimento sobre aplicação financeira		(5)	(491)	(1.704)	(4.013)
Lucro ajustado		371	(5.365)	61.453	28.009
Variações dos Ativos e Passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(1.011)	(3.200)
Estoques		-	-	-	152
Depósitos judiciais		-	-	(30)	354
Adiantamentos		(42)	-	(100)	(53)
Despesas antecipadas		-	-	-	85
Tributos a recuperar		(180)	(95)	(2.453)	(1.029)
Ativo fiscal diferido		-	-	-	(320)
Fornecedores e outras contas a pagar		(6)	3	(214)	7.204
Contas a pagar		-	-	(4.918)	(14.254)
Impostos correntes a pagar		(4)	4	(4)	371
Contas a pagar - parte relacionada		-	-	-	(554)
Obrigações Trabalhistas e Sociais		-	-	-	2
Obrigações por arrendamentos		-	-	(1.397)	(1.669)
Outros passivos		-	-	108	(526)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.287)	(922)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		139	(5.453)	49.147	13.650
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital		-	124.468	-	124.468
Aquisição de controlada	8	-	(281.961)	-	(281.961)
Aquisição de imobilizado	9	-	-	(7.286)	(18)
Compras de ativos intangíveis		-	-	-	(106)
Títulos e valores mobiliários		5	-	1.133	(1.492)
Aplicações financeiras e recursos financeiros		-	491	-	4.013
Dividendos recebidos	13	29.842	29.000	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		29.847	(128.002)	(6.153)	(155.096)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos provenientes de empréstimos	12	-	316.000	-	316.000
Pagamento de empréstimos	12	-	(164.000)	(10.199)	(166.503)
Juros pagos de empréstimos	12	-	(13.300)	(3.270)	(19.790)
Juros pagos APR	12	(19.781)	-	(19.781)	-
Recursos provenientes de empréstimos - partes relacionadas		-	138	-	220
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas		-	(138)	-	(138)
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas		(82)	82	(82)	-
Dividendos pagos	13	(21.000)	(2.000)	(21.000)	(2.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(40.863)	136.782	(54.332)	127.789
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(10.877)	3.327	(11.338)	(13.657)
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		3.327	-	26.627	-
Caixa na aquisição/baixa de investimento		10.114	-	(218)	40.284
No final do exercício		2.564	3.327	15.071	26.627
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(10.877)	3.327	(11.338)	(13.657)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Monte Pascoal Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de novembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”).

A Monte Pascoal Holding S.A foi constituída em novembro de 2021 com capital social inicial de R\$150,00. Em 07 de janeiro de 2022, a companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$164.000 custeadas junto à Itaú Corretora de Valores S.A que foram destinadas integralmente para o pagamento de parte do preço de aquisição de 100% das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas.

Em 26 de Janeiro de 2023, a companhia Enerbrás Centrais Elétricas S/A foi incorporada pela companhia Monte Pascoal Holding S/A que por sua vez é uma controlada integral da V2I Energia S.A

A Companhia em 2023 apresenta capital circulante negativo por consequência das estratégias de financiamento adotadas pela empresa e das condições de mercado. Reconhece a importância de manter uma estrutura de capital saudável e está implementado medidas para gerar caixa e melhorar o CCL, como otimização de Eficiência Operacional e Gestão de Capital de Giro. Contudo, a Administração está confiante de que, com a implementação dessas medidas, será capaz de gerar caixa suficiente para melhorar o CCL e manter uma estrutura de capital saudável a longo prazo.

1.1. Informações sobre a controlada

Energética Serra da Prata S/A

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra” ou “Companhia”), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada.

A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da concessão da Espra é de 30 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 25 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes,

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Provisão de custos ambientais

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 11.

3.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.8. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 25% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Dividendos--Continuação

i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

3.9. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.14. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro real. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.17. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023

3.17.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	IFRS 17	01.01.2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	01.01.2023

3.17.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 06 - Arrendamentos	IFRS 16	01.01.2024
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IAS 1	01.01.2024
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa	IFRS 7	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalente de caixa é como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-	5	-
Banco	11	-	1.221	543
Aplicação financeira (i)	2.553	3.327	13.845	26.084
Total	2.564	3.327	15.071	26.627

- (i) Controladora: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) que teve no ano de 2023, remuneração referenciado ao CDI de 94,59% (2022 90%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

Consolidada: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, ambos com alta liquidez e indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podendo ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2023 é de aproximadamente 95,87% do CDI e no ano de 2022 foi de aproximadamente 96,81% do CDI

5. Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes é como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ENBPar (i)	-	-	9.288	8.277
Total	-	-	9.288	8.277

- (i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a ENBPar, com o recebido mensalmente.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia e de sua controlada, portanto não se faz necessária a constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

6. Títulos valores mobiliários

A composição de depósitos judiciais e cauções é como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação financeira - conta BNB (i)	-	-	14.386	13.814
Total	-	-	14.386	13.814

(i) Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de aproximadamente 99,21% de CDI em 2023 e aproximadamente 98% em 2022, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

7. Arrendamento e Direito de uso

Composição e movimentação dos saldos

a) Consolidado

	31/12/2022	Remensuração de contratos	Depreciação	Pagamento	31/12/2023
Direito de uso (a)	10.291	(2.144)	(657)	-	7.490
	10.291	(2.144)	(657)	-	7.490
	31/12/2022	Remensuração de contratos	Ajuste a valor presente	Pagamento	31/12/2023
Obrigações por arrendamento (b)	12.205	(2.144)	127	(1.397)	8.791
	12.205	(2.144)	127	(1.397)	8.791
Total	(1.914)				(1.301)
Total circulante	511				393
Total não circulante	11.694				8.398

(a) Referem-se há 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2).

(b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de desconto calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 8,08% a.a. e 13,14% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização, o que for menor, conforme o caso

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7. Arrendamento e Direito de uso--Continuação

Composição e movimentação dos saldos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Os arrendamentos, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	<u>31/12/2023</u>
2025	439
2026	493
2027	553
2028	662
2029 a 2037	<u>6.251</u>
	<u>8.398</u>

8. Investimentos

A composição e movimentação do investimento é como segue:

Composição do Investimento

a) Controladora

	<u>Enerbras</u>	<u>ESPRA</u>
Investimento em 31/12/2022	273.932	-
Investimento em 31/12/2023	-	284.054

Movimentação do Investimento

<u>Movimentação</u>	<u>Enerbras</u>	<u>ESPRA</u>	<u>Mais valia</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	115.039	-	158.893	273.932
Equivalência patrimonial	4.146	45.771	-	49.917
Incorporação (i)	(119.185)	102.223	-	(16.962)
Dividendos propostos	-	(11.855)	-	(11.855)
Dividendos intercalares	-	(11.144)	-	(11.144)
Amortização mais valia corrente	-	-	(3.523)	(3.523)
Remensuração de mais valia	-	-	3.689	3.689
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	124.995	159.059	284.054

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

a) Controladora--Continuação

Movimentação do Investimento--Continuação

- i) Em 26 de Janeiro de 2023 a investida Enerbrás Centrais Elétricas S/A, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Tancredo Neves, 23 andar, Salas 2301 e 2302, Caminho das Árvores, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41.820-901, inscrita no CNPJ/ME sob o n 04.287.373/0001-46, com seus atos constitutivos arquivados na junta comercial do Estado da Bahia sob o NIRE 29.300.027 foi incorporada pela controladora Monte Pascoal Holding S.A.

O critério de avaliação do patrimônio líquido da incorporada, para fins de incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial em 26 de janeiro de 2023. Conforme aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2023.

O acervo líquido incorporado na data base de 26 de janeiro de 2023, têm a seguinte composição:

Investimentos	(102.223)
Caixa	(10.114)
Dividendos a receber	(6.843)
Outros	(5)
Acervo líquido	(119.185)
Aquisição de investimento por incorporação	102.223
	(16.962)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

Composição e movimentação dos saldos

a) Consolidada

Ativo Imobilizado em Serviço	Taxas anuais médias de depreciação e amortização (i)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Valor Bruto em 31/12/2023	Depreciação	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Terrenos	-	594	-	594	-	-	594	594
Reservatórios, barragens e adutoras	2,42%	95.797	-	95.797	(2.234)	(34.581)	61.216	63.450
Veículos	14,28%	16	-	16	-	(16)	-	-
Equipamentos de informática	12,54%	281	46	327	(9)	(272)	55	18
Máquinas e equipamentos	4,01%	65.029	66	65.095	(1.989)	(31.215)	33.880	35.803
Móveis e utensílios	9,94%	142	-	142	(2)	(139)	3	5
Edificações, obras e benfeitorias	3,36%	46.336	-	46.336	(1.262)	(19.480)	26.856	28.118
Imobilizado em operação		208.195	112	208.307	(5.496)	(85.703)	122.604	127.988
Obras em andamento	-	-	7.174	7.174	-	-	7.174	-
Imobilizado em curso		-	7.174	7.174	-	-	7.174	-
Mais Valia (ii)		164.371	-	164.371	167	(5.312)	159.059	158.892
Total do Ativo Imobilizado		372.566	7.286	379.852	(5.329)	(91.015)	288.837	286.880

(i) As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois o menor. Para os exercícios de 2023 e 2022 a Companhia considerou a vida útil conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE Resolução 674/2015.

(ii) Refere-se a valores de Mais Valia no ato da aquisição da companhia Enerbras Centrais Elétricas S.A conforme teste de concentração do PPA vide nota 8.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

Composição e movimentação dos saldos--Continuação

a) Consolidada--Continuação

As imobilizações estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A administração da controlada analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da controlada, após análise interna da administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

10. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
O&M	-	-	706	703
Serviços de terceiros	-	-	260	54
Aluguel	-	-	1.552	1.766
Provisão de custos ambientais (i)	-	-	1.014	1.014
Diversos	-	3	576	275
Total	-	3	4.108	3.812
Total circulante	-	3	1.542	3.812
Total não circulante	-	-	2.566	-

- i) A Companhia mantém registrado em suas demonstrações contábeis provisão para compensação ambiental baseado na norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante os órgãos reguladores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

11. Contas a pagar

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ENBPar (i)	-	-	7.494	12.412
Outros (ii)	-	-	-	510
Total	-	-	7.494	12.922
Total circulante	-	-	7.494	2.716
Total não circulante	-	-	-	10.206

- (i) O contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e Energia Nuclear e Binacional S.A (ENBPar), estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da ENBPar. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015.

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016, para PHC Colino I, Cachoeira da Lixa e em 20 de dezembro de 2017 para a PCH Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 13,01 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa de 15,35 R\$/MWh para Colino II (data base de janeiro de 2021 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

O montante da exposição ao contrato repactuado referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa foi reconhecido como despesa paga antecipadamente e foi apropriado ao resultado "Repactuação do risco hidrológico" até junho de 2020. Em julho de 2020, a ENBPar informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Controlada, no próprio mês de sua realização. No exercício de 2023, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.592 (R\$2.450 em 2022), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação.

- (ii) Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados para prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros. A Companhia decidiu pelo pagamento mediante o parcelamento dos valores autuados junto à Receita Federal do Brasil para mitigar os riscos tributários decorrentes do citado Auto de Infração. O montante foi totalmente amortizado no exercício de 2023.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)

a) Controladora

<u>Operação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Periodicidade amortização</u>	<u>(Taxa efetiva de juros)</u>
APR Itaú (i)	153.481	152.000	16/04/2029	Mensal	CDI+1%
Total	153.481	152.000			

A movimentação das ações preferenciais resgatáveis está demonstrada a seguir:

<u>Empresa / Operação</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Despesa de Juros</u>	<u>Pagamentos de Juros</u>	<u>31/12/2023</u>
APR Itaú (i)	152.000	21.262	(19.781)	153.481
	152.000	21.262	(19.781)	153.481
Total circulante	-			10.221
Total não circulante	152.000			143.260

- (i) Em dezembro de 2022 foi aprovado por meio de Assembleia Geral, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, sem direito a voto, no montante de R\$152.000. O prazo de resgate é 16/04/2029. Para efeitos contábeis, essa transação foi considerada um instrumento financeiro, sendo registrada no passivo.

As ações preferenciais resgatáveis (APRs), classificadas no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	<u>Controladora</u>
2025	20.292
2026	28.804
2027	38.988
2028	38.456
2029	16.720
	143.260

b) Consolidada

<u>Operação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Periodicidade amortização</u>	<u>(taxa efetiva de juros)</u>
Financiamento BNB (i)	28.744	38.943	30/06/2026	Mensal	12%
Juros	2.313	2.817			
APR Itaú	153.481	152.000	16/04/2029	Mensal	CDI+1%
Total	184.538	193.760			

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)--Continuação

b) Consolidada--Continuação

A movimentação dos empréstimos e das ações preferenciais resgatáveis está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesas de Juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
Financiamento BNB (I)	41.760	2.766	(10.199)	(3.270)	31.057
APR Itaú	152.000	21.262	-	(19.781)	153.481
	193.760	24.028	(10.199)	(23.051)	184.538
Total circulante	11.931				24.588
Total não circulante	181.829				159.950

- (i) Em 2006, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., o financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho 2026.

Os financiamentos, classificados no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	<u>Consolidado</u>
2025	31.419
2026	34.367
2027	38.988
2028	38.456
2029	16.720
	<u>159.950</u>

O contrato de financiamento de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A exigência de cumprimento dos referidos índices é anual sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2023, os referidos índices foram cumpridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

13. Partes relacionadas

13.1 Dividendos a receber

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a receber:

	Saldo em 31/12/2022	Transferência por incorporação	Dividendos propostos	Dividendos Recebidos	Saldo em 31/12/2023
Enerbras	-	(6.843)	-	-	-
ESPRA	-	6.843	22.999	(29.842)	-
Total	-	-	22.999	(29.842)	-

13.2 Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a receber:

	Saldo em 31/12/2022	Reversão da reserva lucros	Dividendos adicionais (i)	Dividendos mínimos propostos	Dividendos intercalares pagos	Saldo em 31/12/2023
V2i Energia	-	657	13.673	6.669	(21.000)	-
Total	-	657	13.673	6.669	(21.000)	-

- (i) A companhia distribuiu dividendos intercalares no montante de R\$ 21.000 durante o exercício de 2023. Como os dividendos mínimos propostos calculados ao final do exercício (R\$ 6.669) ficou abaixo do valor distribuído, a companhia distribuiu os R\$ 13.673 como dividendos adicionais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

14. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional	68.182	51.728
Base presunção IRPJ 8%	5.455	4.138
Base presunção CSLL 12%	8.182	6.207
Receitas financeiras	4.085	5.495
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	9.540	9.633
IRPJ calculado no ano	(2.361)	(2.381)
IRPJ anos anteriores	-	-
Despesa de IRPJ	(2.361)	(2.381)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	12.267	11.702
CSLL calculado no ano	(1.104)	(1.052)
CSLL anos anteriores	-	-
Despesa de CSLL	(1.104)	(1.052)
Receita diferida - Gross UP (i)	4.919	14.273
Base presunção IRPJ 8%	394	1.142
Base presunção CSLL 12%	590	1.713
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	394	1.142
IRPJ calculado no ano	(98)	(285)
IRPJ anos anteriores	-	(114)
Despesa de IRPJ diferido	(98)	(399)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	590	1.713
CSLL calculado no ano	(53)	(154)
CSLL anos anteriores	-	-
Despesa de CSLL diferida	(53)	(154)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(3.616)	(3.990)

(i) O Gross up é um termo técnico para reajuste da base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto.

15. Provisão contingente

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia não possui processos com probabilidade de perda possíveis e nem prováveis.

16. Patrimônio líquido

a) Controladora

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$124.468, com a consequente emissão 124.468 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data pela acionista V2I Energia S.A.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ reais	% do capital social
V2I Energia S.A.	124.468.000	124.468	100%	124.468.000	124.468	100%
	124.468.000	124.468	100%	124.468.000	124.468	100%

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	29.197	2.797
Remuneração APRs	21.262	-
Base para cálculo de reservas	50.459	2.797
Reserva legal (5%)	2.523	140
Saldo inicial	140	-
Calculado no ano	2.523	140
Total	2.663	140

16. Patrimônio líquido --Continuação

Dividendos

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	29.197	2.797
Remuneração APRs	21.262	-
Base de cálculo de reservas	50.459	2.797
Reserva legal (5%)	(2.523)	(140)
Dividendos prioritários	(21.262)	-
Base para dividendos	26.674	2.657
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos	6.669	665
Dividendos adicionais	13.673	-
Dividendos propostos pagos	20.342	665

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	29.197	2.797
Reserva legal (5%)	(2.523)	(140)
Dividendos mínimos	(6.669)	(665)
Dividendos adicionais	(13.673)	-
Reserva de lucros	6.332	1.992
Saldo inicial	657	-
Reversão para pagamento de dividendos	(657)	-
Calculado no ano	6.332	1.992
Dividendos pagos	-	(1.335)
Total	6.332	657

16. Patrimônio líquido --Continuação

Lucro por ação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro do exercício	29.197	2.797
Lucro por ação	0,2346	0,0225

17. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidada</u>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita geração hidrelétrica	-	-	74.063	44.260
Diferença – Receita Contratual x Realizada	-	-	(962)	-
PIS/ COFINS faturamento	-	-	(2.488)	(1.269)
PIS/COFINS diferido	-	-	(180)	(339)
Total	-	-	70.433	42.652

18. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidada</u>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo com serviços tomados	-	-	(4.669)	(299)
Custo com depreciação e amortização	-	-	(6.170)	(3.843)
Custo com pessoal	-	-	(1.678)	-
Custo com suprimento de energia elétrica	-	-	(2.593)	(1.844)
Custo com taxas	-	-	(328)	(286)
Custo com Seguros	-	-	(755)	(85)
Custo com licenças e estudos ambientais	-	-	(11)	(95)
Demais custos	-	-	(315)	(661)
Total	-	-	(16.519)	(7.113)

19. Outras despesas e receitas e despesas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	-	-	-	(20)
Serviços de terceiros tomados	(323)	(635)	(784)	(3.688)
Outras despesas operacionais	(52)	(170)	(316)	(563)
Total	(375)	(805)	(1.100)	(4.271)

20. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros e variações monetárias (i)	(21.262)	(14.051)	(24.874)	(17.079)
IOF, comissões e taxa	(23)	(3.786)	(89)	(3.793)
Multa e acréscimos moratórios	(1)	-	(64)	(102)
Outras despesas financeiras	(45)	-	(46)	(3.512)
Despesas financeiras	(21.331)	(17.837)	(25.073)	(24.486)
Receita com aplicação financeira	855	491	4.940	4.013
Outras receitas financeiras	(35)	(23)	(35)	38
Impostos sobre receitas financeiras	-	-	-	(26)
Receitas financeiras	820	468	4.905	4.025
Resultado financeiro, líquido	(20.511)	(17.369)	(20.168)	(20.461)

i) O valor de juros de empréstimos e arrendamentos no ano foi R\$24.028 e R\$1.046 (R\$15.333 e R\$1.659 em 2022) respectivamente, o valor de outros encargos no ano foi R\$(200), em 2022 de R\$87.

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado	Nível	Controladora		Consolidada	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.564	3.327	15.071	26.627
Títulos valores mobiliários	2	-	-	14.386	13.814

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
---	-------	------------	------------	------------	------------

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Contas a receber de clientes	2	-	-	9.288	8.277
Passivo mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	2	153.481	152.000	184.538	193.760
Fornecedores	2	-	3	4.108	3.812

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Fatores de risco financeiro

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e sua controlada a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e sua Controlada a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Fatores de risco financeiro—Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Risco de liquidez—Continuação

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

22. Seguros

a) Controlada Espra

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2023, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais (i)	233.550	046692023100101180002384	24/11/2023 a 24/11/2024
Responsabilidade Civil (ii)	30.000	16.51.0042567.28	25/11/2023 a 25/11/2024

(i) Seguro de risco operacional, com apólice emitida pela Fairfax Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 233.550 e um prêmio anual no valor de R\$657

(ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice emitida pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$60 milhões e um prêmio anual no valor de R\$35.770.

23. Eventos subsequentes

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábeis.

* * *

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

**Responsável técnico pelas demonstrações
contábeis**

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9